

RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.277 - SP (2012/0100560-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA E OUTRO**
ADVOGADOS : **MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES E OUTRO(S) -**
DF022071
EDEMILSON FERNANDES COSTA E OUTRO(S) - SP101614
RECORRIDO : **SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
ADVOGADO : **MAURINO JOSÉ BARBOSA E OUTRO(S) - SP228233**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. e Rede 21 Comunicações Ltda. contra acórdão da Décima Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, em embargos de declaração com efeitos modificativos, negou provimento ao recurso de apelação das ora recorrentes, mantendo a sentença que as condenara ao pagamento de cem salários mínimos a título de danos morais, por veiculação de propaganda enganosa.

Esta é a ementa do acórdão recorrido (fl. 397/e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Propaganda em televisão. Danos à imagem. Pedidos para proibir a veicular e de indenização, somente esta última determinada pela sentença. Falta de recurso da autora.

Julgamento dos recursos dos requeridos em que a indenização foi transformada em preceito cominatório no pressuposto de que não houvesse pedido de indenização. Cabível a correção do erro material de modo a negar provimento aos recursos, pelos fundamentos expostos no acórdão, restabelecida a sentença por inteiro. Embargos acolhidos, com modificação do resultado.

Nas razões de recurso especial, alegam as recorrentes violação dos artigos 128, 131, 458, II, 460 do Código de Processo Civil de 1973; 37, I, do Código de Defesa do Consumidor; e 186 e 188 do Código Civil, além de divergência jurisprudencial.

Alegam ser extra petita a sentença proferida na medida cautelar, porquanto o pedido se limita a obrigação de deixar de veicular a propaganda objeto da discussão.

Sustentam que, “ainda que se queira argumentar que a exclusão da empresa NBC Radiodifusão Ltda. se deu em ambos os processos (cautelar e principal) e

que Geraldo Vagner continuou figurando no polo passivo de ambos os processos, restou a dúvida de onde estaria no dispositivo da sentença a condenação solidária daquele ao pagamento da indenização”. Prosseguem afirmando “que o Juiz "a quo", ao decidir numa única sentença tanto o processo cautelar como o principal, cometeu equívocos insanáveis, tornando não inteligível por absoluta falta de clareza o dispositivo da sentença” (...) a qual deixou de apresentar motivação quanto à preliminar de ilegitimidade passiva das ora recorrentes.

Não merece reforma o acórdão recorrido, que foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 1.105/2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Com efeito, verifico que as teses apresentadas no recurso especial não foram objeto de debate pelo acórdão de fls. 395-398/e-STJ, contra o qual as ora recorrentes não opuseram embargos de declaração.

Ademais, da leitura atenta do recurso especial, verifico que suas razões impugnam os fundamentos da sentença, deixando de atacar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, que, repito, não se manifestou sobre as questões aqui trazidas a exame.

É manifesta, pois, a incidência da Súmula 282/STF, que se aplica também ao dissídio.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora